

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS NORTEADORES DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ESTADO DO PARANÁ

Fabiana Frasson Ribeiro (PIBIC/CNPQ/FA/UEM), Flávio Brandão Silva (Orientador). Email:

fbsilva@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte (CCH),
Maringá, PR.

**Área e subárea do conhecimento: Linguística , Letras e Arte/ Sociolinguística e
Dialetologia**

Palavras-chaves: Variação Linguística; Ensino de Língua Portuguesa; Documentos Oficiais.

RESUMO

O processo de ensino aprendizagem de Língua Portuguesa deve ter como parâmetro uma abordagem que privilegie, no processo de aquisição da linguagem, o aprimoramento da língua materna, a história, o sujeito e o contexto, deixando de ser somente o repasse de regras ou mera nomenclatura da gramática tradicional, para oportunizar atividades escolares mais próximas das práticas sociais letradas e cidadãs. Desta forma, faz-se necessária uma prática pedagógica que leve em consideração a diversidade linguística, pois, no sistema oficial de ensino, há alunos que trazem consigo usos linguísticos próprios desses meios em que vivem. Nesse sentido, os documentos oficiais desempenham papel importante, pois são norteadores do processo de ensino aprendizagem de língua. Assim sendo, esta proposta de pesquisa pretende analisar como ocorre a abordagem da variação linguística em documentos oficiais norteadores do ensino de Língua Portuguesa no estado do Paraná, ou seja, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP). O estudo mostrou que, tanto a BNCC como o CREP contemplam o estudo da variação linguística. No entanto, a forma como ocorre a abordagem da variação não é sistemática, o que, de alguma maneira, leva ao tratamento fragmentado do tema no contexto escolar. O presente trabalho destacou a importância da inserção da variação linguística no processo de ensino e aprendizagem do Português como língua materna, em vistas à formação de um sujeito que tenha consciência das possibilidades que a língua oferece e que consiga se expressar de forma adequada nas diferentes situações de interação verbal.

INTRODUÇÃO

A variação linguística é compreendida como a variação da língua que ocorre em determinados grupos, tempos, espaços e regiões, sendo reconhecida pelo grupo, muitas vezes entremostrando suas identidades sociais, que podem ser desvalorizadas pela sociedade, diante da falta de reconhecimento das variantes linguísticas. Nos dizeres de Camacho (2008), “A variação é o reflexo de diferenças sociais, como origem geográfica e social, e de circunstâncias de comunicação” (Camacho, 2008, p.35).

Uma abordagem linguística a partir de um enfoque social tendo em vista a função cognitiva da linguagem, segundo Camacho (2013), deve considerar quatro premissas fundamentais, todos os mecanismos adequados para a construção de conceitos e expressão de enunciados lógicos são fornecidos pela língua do falante, todas as variedades linguísticas da língua são adequados a todos os contextos que os falantes as usarem, a língua tem natureza estruturada, regular e sistemática, além do falante conseguir adquirir o sistema linguístico (Camacho, 2013, p.31-33).

De acordo com o autor, a compreensão dessas premissas permite perceber que, independentemente dos motivos que provocam as diferenças na língua, as variedades usadas na expressão verbal projetam um raciocínio lógico. A tais variedades, pode-se atribuir certo grau de prestígio ou de estigmatização. Nesse caso, as variedades de prestígio são tomadas como exemplo de padrão ou norma, dependendo do grau de adequação na situação de comunicação. Outro ponto destacado por Camacho refere-se ao fato de que todas as variantes são resultado de processos regulares e sistemáticos, a partir das regras do próprio sistema linguístico, as quais são adquiridas pelo indivíduo, independentemente do agrupamento social em que esteja inserido

A diversidade linguística vai além dos espaços temporais e sociais e consiste nos vários usos da língua empregados na interação verbal entre os falantes, que se expressam conforme o grau de letramento que possuem, bem como, conforme os diferentes momentos de interação verbal nas relações sociais, que vão de uma conversa informal na família a uma entrevista de emprego.

O trabalho com a variação linguística leva em consideração, portanto, a diversidade linguística que é própria da língua e chama a atenção para os diferentes usos da linguagem, e em diferentes situações de interação, pois, “o comportamento normal do falante é variar a sua fala de acordo com a prática em que ele (a) se encontra” (Faraco, 2008, p. 40).

São muitos os esforços para que se desenvolva um ensino de língua portuguesa que não vise apenas às formas de prestígio dominantes, mas também que permita valorizar a diversidade linguística identificada nas diferentes situações de comunicação. Dessa forma, aceitar a diversidade linguística na escola consiste na aceitação da cultura e do falar próprio do aluno e do seu grupo social, ao lado da norma padrão, numa sociedade multicultural, formada por diferentes níveis sociais.

A incorporação dessa visão no ensino de língua portuguesa como língua materna favorece e amplia o respeito às diversidades culturais e linguísticas e combate o preconceito linguístico, evitando a exclusão social de falantes de variedades não prestigiadas. No entanto, apesar de sua relevância, a variação linguística frequentemente ocupa um lugar relativamente secundário nos documentos oficiais que orientam o ensino, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP).

Assim, este estudo analisa como esses documentos abordam a variação linguística como objeto de conhecimento, questionando se eles, de fato, promovem a formação de um falante consciente das possibilidades da língua e capaz de adequar sua expressão a diferentes situações comunicativas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa ora apresentada foi realizada por meio de uma metodologia qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Dessa forma, foram analisados

os documentos oficiais norteadores de ensino de língua portuguesa no estado do Paraná, ou seja, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), os quais constituíram o *corpus* de estudo. Também foi realizado um levantamento de artigos científicos, no Portal de Periódicos da Capes e no Google Acadêmico, que tinham como tema principal a análise desses documentos oficiais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise demonstrou que a variação linguística está presente nos dois documentos, inclusive, é enfatizada. Tal posicionamento era de se esperar, tendo em vista que os estudos em Sociolinguística e Sociolinguística Educacional muito contribuíram para provar a necessidade de que o ensino de língua portuguesa se realize a partir da concepção de que a língua é variável e reflete a diversidade social e cultural das comunidades que a utilizam. Consequentemente, nem a escola e nem a sociedade podem mais ignorar a variação linguística. No entanto, embora a BNCC e o CREP tratem a variação linguística como um objeto de estudo no Ensino Fundamental e Médio, isto não ocorre de forma sistemática.

Na BNCC, além de ser apontada nas competências, a ênfase à variação linguística ocorre nos eixos de Análise Linguística/Semiótica e de Oralidade, mas todas as práticas de linguagem são perpassadas pela variação linguística. Mesmo que não esteja explicitamente associado a outros eixos, as habilidades relacionadas à variação linguística podem ser integradas, por exemplo, nas atividades de leitura e escrita. Dessa forma, é fundamental que os professores e a escola tenham uma percepção crítica, compreendendo que o trabalho com a variação linguística não deve ser restrito a dois eixos específicos. De modo parecido, no CREP a referência à variação também ocorre nas competências a serem desenvolvidas e na lista de conteúdos a serem trabalhados. Isto, de certa forma, mostra que a variação linguística é abordada de modo tangenciado nos documentos, o que acaba repercutindo no ensino e aprendizagem.

A Base Comum e o Currículo paranaense abordam conteúdos que amparam a variação linguística e não negam o estudo da norma-padrão durante as principais etapas do ensino básico. Porém, ainda há, inclusive, entre os docentes, falta de clareza sobre o que é a norma-padrão e sua diferença em relação à norma culta, o que pode ocasionar algumas confusões. Do mesmo modo, a BNCC, por exemplo, propõe como objetivo de aprendizagem o trabalho com as variedades prestigiadas e desvalorizadas, mas não identifica e nem esclarece quais são elas, como também não problematiza as bases que definem essas variedades como valorizadas ou não.

Reitera-se, então, a necessidade dos documentos oficiais repensarem o tratamento dado à variação linguística, tirando-a da margem e dando enfoque como objeto de conhecimento legítimo e eficaz contra o preconceito linguístico, e contra a exclusão social dos falantes daquelas variedades que se distanciam das mas de usos consagradas em contextos urbanos, altamente monitorados e que sofrem mais fortemente as pressões do letramento..

CONCLUSÕES

A análise dos documentos oficiais (BNCC e CREP), mostra que a variação linguística é abordada nos documentos. Há vários momentos em que isso ocorre, sobretudo nas competências a serem desenvolvidas no processo de ensino aprendizagem. No entanto, essa abordagem não ocorre de forma sistemática ao tratar das práticas de linguagem.

Durante as leituras, dos autores que também pesquisam a BNCC, como dos próprios

documentos, percebe-se que as práticas docentes referentes a variação linguística não são bem orientadas, abrindo espaço para um ensino mais normativista, em que a variação linguística é reduzida a erros de pronúncia e fala, conforme a variedade seja prestigiada ou não.

Torna-se urgente, portanto, que as diretrizes curriculares destaquem a variação linguística como um eixo central no ensino de língua portuguesa, contribuindo para uma prática docente mais reflexiva e atenta, em vistas a uma verdadeira Pedagogia da variação linguística.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), promovido pelo CNPQ, em parceria com a Fundação Araucária e a UEM pela oportunidade de desenvolver este projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em :<<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>.

CAMACHO, R. G. A variação linguística. In: **Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1o e 2o graus**. São Paulo, SE/CENP. 1988, 3.v.

CAMACHO, R. G. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da Norma**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 37-62.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP): princípios, direitos e orientações [para o Ensino Fundamental]**. Curitiba, PR: SEED/PR, 2020. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/crep_lingua_portuguesa_anos finais.pdf>.